

A natureza da crise política brasileira*

Armando Boito Jr.*

Começemos por um truísmo: a conjuntura política é complexa e difícil para as classes populares no Brasil e, também, na América Latina. No caso brasileiro, em que consistem essa complexidade e dificuldade? Ambas procedem, fundamentalmente, de duas características interligadas e definidoras da crise política atual: a *ofensiva política restauradora* da direita neoliberal, que foi a iniciativa que provocou a crise política, e a decisão do governo neodesenvolvimentista de Dilma Rousseff de adotar uma política de *recoo passivo* diante de tal ofensiva.

Essa ofensiva pode ser denominada restauradora porque ela visa a – por intermédio do resgate do programa neoliberal ortodoxo do século passado – restaurar a hegemonia no bloco no poder do grande capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada. Tal ofensiva restauradora tem como base social mais ativa a fração superior da classe média, que tem tomado as ruas do país em manifestações pelo impeachment e logrou, também, neutralizar ou atrair setores burgueses e populares que, anteriormente, dispensavam apoio político aos governos do PT. A Fiesp, que até há pouco perfilava com os governos petistas, passou a fazer oposição à política econômica do governo federal, e a Força Sindical, na sequência de seus movimentos giratórios, acabou estacionando numa posição militante pelo impeachment. Para uma referência rápida, podemos dizer que esse campo representa “a direita”. Porém, é preciso ter claro quais são as classes e frações de classe que o integram e quais interesses elas perseguem, sem o que ficaremos prisioneiros de uma visão superficial e distorcida da crise política.

O recoo passivo do governo Dilma dificulta a definição da estratégia dos movimentos populares na crise atual. Se o governo resistisse à ofensiva política restauradora, mesmo que fazendo concessões menores e táticas para dividir o inimigo, os movimentos populares teriam um quadro mais favorável para, em primeiro lugar, barrar o golpe de Estado branco que ainda se encontra em marcha e, em segundo lugar e ao mesmo tempo, lutar pela adoção de um programa mais ambicioso de reformas, posto que as reformas modestas da era PT estariam preservadas. Teríamos, nesse cenário, uma

* Artigo publicado no *Le Monde Diplomatique – Brasil*. Número 104, março de 2016.

* **Armando Boito Jr.** é professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp e editor da revista *Crítica Marxista* (<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>). Organizou, juntamente com Andréia Galvão, o livro *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda. 2012.

continuidade, em bases novas, do quadro que se desenhou no segundo turno da eleição de 2014: uma campanha política que reagiu, no nível do discurso, à ofensiva restauradora que a direita já então iniciara. Porém, tendo optado por adotar uma política de recuo passivo, inclusive dando mostras de compartilhar ideias da oposição neoliberal, o governo criou um cenário novo e muito desfavorável para os trabalhadores. Este obrigou as classes populares a lutar – praticamente sozinhas pois a resistência do governo e do seu partido é pífia – contra a tentativa de golpe e, ao mesmo tempo, a resistir às medidas e ameaças do governo às pequenas conquistas dos últimos anos. A situação é de defensiva em toda a linha.

Antes da crise

Os governos do PT, inclusive o atual, expressam os interesses heterogêneos de uma ampla frente política que poderíamos denominar neodesenvolvimentista¹.

A força social hegemônica nessa frente foi a grande burguesia interna brasileira, que é composta pelas grandes empresas nacionais que atuam na construção pesada, na construção naval, no agronegócio, na mineração, em variados ramos industriais e, inclusive, no setor financeiro. Isso significa que a burguesia brasileira não se integrou de maneira homogênea e geral ao capitalismo internacional. É certo que deixou de existir a velha burguesia nacional, mas seguiu existindo um setor com base de acumulação própria, no interior do país, que possui conflitos com o capital internacional, mesmo que seja dependente dele. Interessante observar que essa fração burguesa não criou o seu partido político. O que ela fez foi assediar e envolver um partido político que fora criado pelos movimentos populares para que este, o PT, passasse a representar, prioritariamente, os seus interesses.

Na década de 1990, a burguesia interna, embora tenha se beneficiado com vários aspectos do modelo político neoliberal, teve, também, muitos de seus interesses contrariados pela abertura comercial e pelo definhamento do papel do Estado e do BNDES como propulsores dos investimentos produtivos. No final dos anos 1990, essa fração burguesa se aproximou do PT e da CUT. A diretoria da Fiesp chegou a prestar apoio oficial, público e ativo à greve geral contra a recessão convocada pela CUT e pela

¹ Ver a esse respeito Armando Boito Jr. “As bases políticas do neodesenvolvimentismo”. Fórum Econômico da FGV-SP, 2012. Disponível em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>

Força Sindical em junho de 1996. Com a ascensão dos governos do PT, essa fração da burguesia foi contemplada com a intervenção do Estado na economia para estimular, dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal, o crescimento econômico. A política de investimentos públicos em obras de infraestrutura – usinas hidrelétricas, desvio do leito do São Francisco, estradas de ferro, obras da Copa do Mundo e da Olimpíada –, a política de conteúdo local que prioriza a compra de produtos e serviços nacionais, o ativismo do BNDES como financiador das grandes empresas nacionais e as medidas anticíclicas de política econômica diante da crise internacional formaram um contraste gritante com a abertura comercial sem peias, com o Estado raquítico, o BNDES privatizante e as medidas monetaristas ortodoxas diante das crises internacionais que caracterizaram o período FHC.

Porém, além dessa força hegemônica, a frente neodesenvolvimentista incorporou setores importantes das classes populares. A política neodesenvolvimentista da grande burguesia interna fez crescer o emprego, favoreceu a luta sindical por aumento real dos salários e esteve ligada a uma série de políticas sociais que atenderam alguns interesses de distintos setores populares. Os programas de transferência de renda, o programa de construção de casas populares, o financiamento da agricultura familiar, as cotas raciais e sociais, a expansão e a facilitação do acesso ao ensino superior foram políticas sociais que fizeram grande parte da baixa classe média, do operariado, do campesinato e dos trabalhadores da massa marginal se tornarem, de maneiras distintas, base de apoio popular à política dos governos petistas.

A oposição neoliberal ortodoxa, capitaneada no plano partidário pelo PSDB, vinha expressando e ainda expressa interesses, também heterogêneos, de outro campo político. Na direção desse campo, temos o grande capital internacional e a fração da burguesia brasileira integrada, das maneiras as mais diversas, a esse capital. O grande capital internacional engloba os fundos financeiros internacionais que especulam com títulos da dívida pública, com divisas e com ações das empresas brasileiras; as empresas industriais europeias, estadunidense e outras que exportam seus produtos para o mercado brasileiro; as seguradoras que abriram filiais no país e as empresas industriais que possuem plantas no Brasil, como as montadoras de veículos. A fração da burguesia brasileira integrada como sócia menor ou dependente do capital internacional engloba as casas de importação de veículos, de confecções, de alimentos, bebidas e tantos outros produtos; os fornecedores de componentes para as empresas estrangeiras aqui instaladas – como a indústria de autopeças –; os capitalistas nacionais que são sócios minoritários

em empreendimentos com o capital forâneo. É o bloco voltado para fora, o mais interessado – embora não seja sempre o único – na abertura da economia, na redução do papel do Estado, na privatização, na política monetarista mais rígida e no definhamento do BNDES, enfim, no programa neoliberal puro e duro aplicado na década de 1990.

Fora do âmbito da classe dominante, esse campo político tem contado com o apoio militante da fração superior da alta classe média. Foi esta, como indicam todos os levantamentos empíricos, que tomou as ruas das grandes cidades contra o governo em 2015. O alto funcionalismo público, os diretores, gerentes e alto funcionariado das empresas privadas, os profissionais liberais economicamente bem-sucedidos têm a percepção de que são eles que pagam as políticas sociais dos governos do PT. Ademais, veem com maus olhos a presença de indivíduos oriundos das classes populares frequentando instituições e locais que, antes, eram frequentados apenas pelos “bem nascidos”. Mais recentemente, a agitação em torno da corrupção, obtida por intermédio da ação articulada de instituições do Estado com a grande imprensa, permitiu que o campo neoliberal ortodoxo neutralizasse e atraísse setores importantes das classes populares.

A hora da crise

As divisões socioeconômicas de classe não se reproduzem de modo exato e fixo no processo político. Dito de outro modo, a linha que divide o campo neodesenvolvimentista do neoliberal ortodoxo não é reta e rígida. É sinuosa e flexível. Um fato conhecido e estudado é que a partir da eleição presidencial de 2006, grande parte dos trabalhadores da massa marginal, que votavam nos candidatos do campo conservador, bandearam-se para o lado do PT². A política da frente neodesenvolvimentista estava, então, ingressando no seu período de ouro com apoio político crescente, com a economia internacional marcada pelo aumento de preços das commodities e com o PIB obtendo, num ou noutro ano, taxas de crescimento jamais imaginadas nos anos 90. Os neoliberais do PSDB encontravam-se na defensiva. Nas eleições municipais de 2012, a oposição teve péssima performance. Foi no início de 2013 que a correlação de forças começou a mudar.

A economia, que crescera 7,5% em 2010, permaneceu o biênio de 2011 e 2012 com crescimento próximo de zero. A oposição neoliberal levantou a cabeça. Percebeu uma

² André Singer, *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

oportunidade e retomou a iniciativa política. Elegeu o então ministro da Fazenda Guido Mantega e a sua “nova matriz de política econômica” como inimigo principal. Os cadernos de economia dos grandes jornais passaram a martelar a necessidade de reduzir os gastos do Estado, acabar com as desonerações fiscais e aumentar a taxa de juros. A Selic tinha sido derrubada para 7,5% ao ano e o rendimento dos investimentos financeiros aproximaram-se de zero.

Esse ponto é fundamental. Quem provocou a crise foi a ofensiva política do campo neoliberal ortodoxo, dirigido pelo capital internacional e pela fração da burguesia brasileira a ele integrada, e não a luta popular. Muitos se confundem ao examinar esse problema. O fato de as pesquisas de opinião indicarem que a imagem do governo Dilma foi abalada em decorrência das manifestações de junho de 2013 e, desde então, nunca mais voltado aos patamares anteriores leva alguns analistas a sugerirem que a crise política foi provocada pelo ascenso da luta popular. Duplo engano. Primeiro, porque apenas a primeira fase das manifestações de junho de 2013 teve caráter popular. Foi a fase em que o Movimento Passe Livre (MPL) lutava contra o aumento das tarifas de transporte. Numa segunda fase, as manifestações diversificaram os setores sociais envolvidos, incorporaram a alta classe média, ampliaram suas palavras-de-ordem, incluindo, principalmente, o discurso genérico contra a corrupção, e se tornaram dependentes da mídia que passou a orientá-las contra o governo.

O que temos aí é uma articulação complexa entre dois tipos de contradição. A principal, que provocou a crise política e que opõe o campo da burguesia internacional ao da frente neodesenvolvimentista, articulou-se, de maneira favorável ao campo neoliberal ortodoxo, com as contradições existentes no próprio interior da frente neodesenvolvimentista. A Revolta da Tarifa reuniu, como mostram as pesquisas, jovens de baixa classe média, trabalhadores que, na maioria dos casos, são também estudantes. É o setor beneficiário da política dos governos petistas de expansão do ensino superior, que dobrou o número de universitários brasileiros. Ocorre que o mercado de trabalho para os diplomados cresceu muito pouco. Os postos gerados foram, devido à reativação da função primário-exportadora da economia brasileira, predominantemente empregos que dispensam alta qualificação e pagam baixo salário³. Foi a frustração da juventude de baixa classe média que se expressou na Revolta da Tarifa e mesmo na segunda fase das

³ Marcio Pochmann, *Nova Classe Média?* São Paulo: Boitempo. 2012.

manifestações de junho⁴. Essa frustração, contudo, permaneceu politicamente acéfala, inclusive em razão do culto ao espontaneísmo que caracteriza o MPL e pôde ser confiscada pela reação e canalizada para o crescimento das candidaturas neoliberais em 2014.

Como indicamos, há contradições no seio da frente neodesenvolvimentista. A contradição da juventude de baixa classe média com a frente foi uma contradição nova, que se desenvolveu conforme se expandia o estudantado universitário sem a correspondente expansão dos empregos para os diplomados. Mas, havia e há, também, contradições originárias, que estiveram presentes desde o início dos governos da frente neodesenvolvimentista. No campo das classes populares, o movimento sindical foi muito ativo nesse período na luta grevista e logrou obter uma melhoria geral dos salários⁵. Conflitos econômicos duros ocorreram entre sindicatos e grupos da grande burguesia interna. O movimento camponês, apesar das políticas sociais que beneficiaram os assentados, sempre esteve insatisfeito com a drástica redução das desapropriações. No âmbito das classes dominantes, havia e há contradições no interior da própria burguesia interna. O mais notório é o conflito entre os grandes bancos nacionais e o setor produtivo nacional em torno da política fiscal e da taxa de juro. Surgiram, também, contradições novas. O deslocamento da política energética da prioridade para o etanol para o pré-sal afastou o setor sucroalcooleiro do governo Dilma.

O fato é o seguinte: quando o campo neoliberal ortodoxo iniciou a sua ofensiva restauradora, a frente neodesenvolvimentista vinha se esgarçando. Isso apareceu em diversos aspectos da cena política. Acabou o apoio unânime das grandes centrais sindicais em torno do governo, o PSB passou para a oposição, o PMDB dividiu-se e uma entidade empresarial da importância da Fiesp passou, como já indicamos, do apoio ativo aos governos neodesenvolvimentistas a uma política de oposição⁶.

O movimento popular e a crise política

⁴ Marcelo Ridenti, “Que juventude é essa?”. Folha de S Paulo, 23 de junho de 2013. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1299690-marcelo-ridenti-que-juventude-e-essa.shtml>

⁵ Armando Boito Jr., Andréia Galvão e Paula Marcelino, “A nova fase do sindicalismo brasileiro”. In Seminário Internacional ‘Sindicalismo Contemporâneo: 1º de maio – uma nova visão para o Movimento Sindical Brasileiro’. Campinas: Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit) – Unicamp. Pp..206-223. 2015

⁶ Para o apoio ativo da Fiesp ao segundo Governo Lula ver Armando Boito Jr., “Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder”. In Armando Boito Jr. e Andréia Galvão, *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Editora Alameda. 2012.

Em caso de deposição do governo Dilma, apenas a oposição burguesa neoliberal ortodoxa tem condições de assumir o governo. O movimento popular encontra-se, ainda, numa fase de luta reivindicativa e a sua luta é segmentada. Não há programa e organização política orientando e enquadrando as massas trabalhadoras. Nessa situação, o principal inimigo a ser combatido é o golpe de Estado branco preparado pelo PSDB com o apoio das instituições estatais incumbidas de manter a ordem – Polícia Federal, Ministério Público, Judiciário. Contudo, quanto mais o governo afunda-se na sua política de recuo passivo frente à ofensiva restauradora, mais o movimento popular tem de combater a política desse governo e, portanto, afastar-se dele. No limite, pode se tornar inviável a defesa do governo que, nesse caso, ver-se-á isolado diante da ofensiva da reação.